

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo principal identificar a solução mais adequada para aquisição de filtros, óleos lubrificantes e hidráulicos e fluidos diversos específicos para a manutenção da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal. Este estudo detalha as necessidades técnicas, mercadológicas, econômicas e ambientais relacionadas à estas aquisições.
- 1.2. Este ETP visa fundamentar a elaboração do Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, para a contratação de fornecedores especializados, garantindo a qualidade e a compatibilidade dos referidos objetos com os diversos veículos da frota municipal, otimizando o uso dos recursos públicos.
- 1.3. Legislação aplicada: Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto no 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, Resolução CONAMA no 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.), Resolução no 804, de 2019 da ANP (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.)

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de garantir a manutenção eficiente e contínua da frota municipal, composta por máquinas rodoviárias e agrícolas. A diversidade e a intensidade de uso dessa frota exigem a aquisição de filtros, óleos lubrificantes e hidráulicos e fluidos que atendam a diferentes necessidades e padrões de uso, assegurando resistência, durabilidade e adaptação às diversas condições de terreno e clima em Dois Vizinhos.
- 2.2. A aquisição de filtros, óleos lubrificantes e hidráulicos e fluidos de qualidade é crucial para a otimização dos recursos públicos, pois garante maior eficiência nas operações e reduz os custos de manutenção a longo prazo, alinhando-se ao princípio da economicidade. Além disso, a contratação busca soluções que otimizem a logística de aquisição e entrega, considerando o binômio custo-benefício.
- 2.3. O crescimento da frota municipal, seja pela expansão dos serviços ou pela substituição de máquinas antigas, demanda um fornecimento constante de filtros, óleos lubrificantes e hidráulicos e fluidos. Além disso, a contratação considera as projeções de expansão futura da frota, garantindo a disponibilidade de infraestrutura para atender às necessidades da administração municipal.
- 2.4. A contratação está em conformidade com o Decreto Municipal nº 21231/2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para microempresas e empresas de pequeno porte.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 3.1. A manutenção adequada da frota municipal, especialmente das máquinas rodoviárias e agrícolas, é essencial para garantir a plena operacionalidade e o atendimento aos padrões

estabelecidos pelos fabricantes. A frota desempenha um papel crucial no funcionamento dos serviços essenciais do município, e sua operação eficiente e ininterrupta é de interesse público.

3.2. A aquisição de filtros, óleos lubrificantes e hidráulicos e fluidos para a manutenção periódica e conservação das máquinas rodoviárias e agrícolas é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços prestados, especialmente pelas secretarias de Viação, Obras e Serviços Urbanos, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Os equipamentos, utilizados diariamente pelos servidores municipais, estão sujeitos a desgaste natural e avarias imprevistas, que podem comprometer seu funcionamento.

3.3. A substituição regular de filtros, óleos lubrificantes e hidráulicos e fluidos é uma medida estratégica que visa maximizar a vida útil da frota, reduzir custos com futuras aquisições e aumentar a segurança dos operadores. A utilização de produtos de alta qualidade garante o funcionamento ideal dos equipamentos, minimizando riscos de acidentes e otimizando a eficiência e a produtividade das operações.

3.4. A seleção dos filtros, óleos lubrificantes e hidráulicos e fluidos deve seguir critérios técnicos, econômicos e de segurança. Produtos originais, fabricados pelos mesmos fabricantes dos equipamentos, garantem compatibilidade e durabilidade. No entanto, produtos similares de alta qualidade, produzidos por fabricantes certificados, podem ser uma alternativa econômica viável, desde que atendam às especificações técnicas dos equipamentos.

4. ALINHAMENTO COM O PAC

- 4.1. Material
- 4.2. PCA 2025
- 4.3. ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- 4.4. Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- 4.5. Id do item no PCA: 3279 à 3322.;
- 4.6. Classe/Grupo: 4910;
- 4.7. Identificador da Futura Contratação: 987541-175/2025;

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades da Secretaria, levando em consideração fatores como custo, segurança, eficiência e confiabilidade do prestador/fornecedor.

5.2. Deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3. Para fornecimento dos itens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar documentação comprobatória a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Capacidade de atendimento pós-venda, incluindo garantia dos produtos fornecidos.

5.5. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

5.6. A empresa fornecedora deverá possuir atendimento em horário comercial.

5.7. Os produtos objeto desta licitação, deverão ser entregues sem ônus de entrega, de acordo com as solicitações da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, localizada na Rua Tiradentes, 700 - Centro Sul, Dois Vizinhos - PR, 85660-000, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade.

5.8. A entrega dos filtros, óleos lubrificantes e hidráulicos e fluidos diversos deverá ser efetuada em perfeitas condições, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a confirmação do pedido, no local e horário indicados pela Prefeitura Municipal.

5.9. Para itens que, devido à sua especificidade ou baixa demanda, não possuem estoque disponível no mercado, será admitida a negociação do prazo de entrega. Nestes casos, o fornecedor deverá apresentar uma justificativa detalhada e comprovada para o prazo proposto, considerando fatores como a necessidade de fabricação sob encomenda, a complexidade técnica do item e a indisponibilidade de componentes. A aprovação da justificativa será de responsabilidade do Departamento de Frotas, visando garantir a melhor condição para a administração.

5.10. Em entrega única, após o recebimento da nota de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Notas de empenho, e responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e no máximo até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, desde que os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto sejam justificados e aceitos pela Administração.

5.11. No ato da entrega, todos os produtos, deverão ter prazo de fabricação igual ou inferior a 12 (doze) meses, e o prazo de garantia deve ser no mínimo 1 (um) ano a partir da data de emissão da nota fiscal.

5.12. O fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.13. O fornecedor deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Diferentemente de contratações anteriores, que tratavam a aquisição de filtros, óleos e fluidos de forma genérica, muitas vezes em um único item e sem o devido detalhamento técnico, o presente estudo introduz uma metodologia inédita para o Município, especificando cada produto necessário.

6.2. Anteriormente, não havia um detalhamento preciso dos tipos e quantidades de filtros. Para corrigir essa lacuna, foi realizado, pela primeira vez, um intenso estudo técnico sobre cada veículo e máquina da frota. Esse trabalho permitiu mapear os modelos exatos para cada equipamento e identificar componentes compartilhados, visando otimizar a padronização e a gestão de estoque. Com base nesse levantamento técnico, consultou-se o histórico de consumo para definir uma média anual, à qual foi acrescida uma margem de segurança para suprir eventuais necessidades emergenciais.

6.3. Da mesma forma, para os óleos e fluidos, que também eram adquiridos sem especificação, foi adotada uma abordagem prática e assertiva. Realizou-se uma pesquisa de campo junto ao departamento de oficina, consultando diretamente os servidores responsáveis pelas trocas. O departamento de gestão de frotas considerou este método mais eficaz e preciso do que um levantamento histórico de empenhos, que seria excessivamente trabalhoso, aproveitando o profundo conhecimento técnico dos funcionários de longa data que executam essas atividades diariamente e superando a falta de detalhamento histórico.

6.4. Esta nova metodologia, que detalha item a item, permite uma pesquisa de preços mais exata, amplia a competitividade do certame e garante que o Município adquira exatamente os produtos compatíveis com sua frota, evitando compras inadequadas e otimizando o uso dos recursos públicos.

6.5. Após a definição dos quantitativos de todos os itens, foi conduzida uma ampla pesquisa de mercado para apurar os preços médios de cada produto. Com base nesse levantamento, o valor total estimado para a contratação foi consolidado em R\$ 719.226,26 (setecentos e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e seis centavos).

7. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

7.1. Os bens a serem adquiridos são classificados como bens comuns, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 10.818 e no Decreto Municipal nº 19501/2023, Art. 1º, § 1º, e em conformidade com o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Essa classificação se justifica pela natureza dos itens, que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

7.2. A familiaridade com o mercado de suprimentos automotivos, inerente às atividades do Departamento de Controle de Frotas, demonstra a existência de **múltiplos fornecedores** e fabricantes aptos a ofertar diversas marcas e modelos que atendem ao objeto, assegurando um elevado potencial de competitividade para o certame.

7.3. Dentre as possibilidades para aquisição, foram avaliadas as seguintes soluções:

7.4. 1. Solução Escolhida: Pregão Eletrônico tradicional.

7.5. Esta é a solução mais adequada para a contratação. Por se tratarem de bens comuns com ampla oferta no mercado, o Pregão Eletrônico promove uma disputa aberta e transparente, garantindo o princípio da isonomia e, principalmente, a busca pela proposta mais vantajosa (menor preço).

7.6. Quanto aos certames anteriores (90071/2024 e 90072/2024), que foram anulados, entende-se que o resultado não decorreu de uma falha da modalidade em si, mas sim da ausência de um detalhamento técnico aprofundado dos itens, o que fragilizou a análise de exequibilidade das propostas. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), ao especificar minuciosamente cada item, corrige essa lacuna e cria as condições para um processo licitatório seguro e eficaz.

7.7. 2. Soluções Descartadas

7.8. Credenciamento: Inicialmente, a contratação chegou a ser modelada por meio de Credenciamento. Contudo, em uma reanálise da estratégia de aquisição, concluiu-se que, embora o Credenciamento seja uma hipótese legal e viável para o objeto, a modalidade de Pregão Eletrônico apresenta um potencial de economicidade significativamente maior para o Município. A disputa por lances, característica central do Pregão, tende a reduzir os preços de forma mais expressiva. Desta forma, optou-se pela reorientação do certame, visando garantir a proposta mais vantajosa em termos financeiros para a Administração.

7.9. Dispensa de Licitação: Foi descartada, uma vez que os itens a serem adquiridos não se enquadram nos casos de dispensa previstos no art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. Inexigibilidade de Licitação: Conforme o art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a inexigibilidade se fundamenta na inviabilidade de competição. A pluralidade de fornecedores e marcas para os itens em questão afasta completamente essa hipótese.

7.11. Adesão a Atas de Registro de Preços: A Administração Municipal optou por não seguir com esta possibilidade, por não haver, no momento, interesse em aderir a atas de registro de preços de outros órgãos para esta aquisição.

7.12. Conclusão da Análise

7.13. Diante do exposto, e considerando a natureza de bem comum dos itens, a viabilidade de competição e a busca pela eficiência e economicidade, o Pregão Eletrônico, foi definido como a solução mais vantajosa para a Administração, pois oferece os seguintes benefícios:

- 7.14. Ampla Competitividade: Potencializa a participação de fornecedores de todo o país, aumentando a concorrência.
- 7.15. Economicidade: A disputa por lances é o meio mais eficaz para alcançar o menor preço possível.
- 7.16. Transparência e Isonomia: Garante um processo claro, objetivo e impessoal para todos os participantes.
- 7.17. Eficiência Administrativa: O pregão confere agilidade para as aquisições futuras, otimizando o fluxo de trabalho e garantindo o suprimento contínuo para a manutenção da frota.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 8.1. A solução adotada para esta contratação é o Pregão Eletrônico. Esta abordagem foi definida como a mais completa e vantajosa para gerenciar de forma eficiente a aquisição de filtros, óleos e fluidos para a manutenção da frota municipal.
- 8.2. A estratégia consiste em realizar um processo licitatório amplo, onde os fornecedores de todo o país competirão para ofertar o menor preço por item. Os preços vencedores serão registrados em uma Ata, permitindo que o Município emita ordens de fornecimento de forma ágil e conforme a demanda real ao longo de sua vigência.
- 8.3. Esta modelagem resolve as necessidades da Administração da seguinte forma:
- 8.4. Economicidade Máxima: A competição aberta e a disputa por lances, características centrais do Pregão Eletrônico, asseguram a busca pela proposta mais vantajosa, gerando economia direta aos cofres públicos.
- 8.5. Agilidade e Gestão de Estoque: O pregão com fornecimento parcelado e continuado elimina a necessidade de grandes estoques físicos, reduzindo custos de armazenamento e o risco de obsolescência de materiais. As aquisições são feitas sob demanda, garantindo que o recurso seja usado apenas quando necessário e acelerando o processo de manutenção dos veículos.
- 8.6. Qualidade Assegurada: A qualidade dos produtos é um pilar desta solução. O Termo de Referência exigirá que todos os filtros, óleos e fluidos sejam de primeira linha e atendam rigorosamente às especificações técnicas dos fabricantes dos veículos. Serão aceitos itens originais ou equivalentes, desde que a qualidade seja comprovada e previamente aprovada pelo fiscal do contrato, garantindo a compatibilidade, a segurança e o bom desempenho da frota.
- 8.7. Transparência e Isonomia: Todo o processo é conduzido em plataforma eletrônica pública, o que garante transparência e igualdade de condições a todos os licitantes interessados em contratar com a Administração.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A contratação será parcelada, e o critério de julgamento adotado será o de menor preço por item.
- 9.2. Esta decisão está em total conformidade com o princípio do parcelamento do objeto, previsto na Lei nº 14.133/2021, e visa maximizar a competitividade do certame. O julgamento por item permite que um número muito maior de empresas participe da disputa, incluindo fornecedores especializados em linhas de produtos específicas (por exemplo, empresas que comercializam apenas óleos ou apenas filtros) e empresas de menor porte, que não teriam capacidade de ofertar para um grupo extenso de produtos.
- 9.3. A opção por não agrupar os itens justifica-se por não haver prejuízo técnico ou perda de economia de escala. Pelo contrário, a análise de mercado indica que o agrupamento poderia restringir indevidamente a competição a um número limitado de grandes distribuidores, com

potencial impacto negativo sobre os preços finais a serem contratados.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 10.1. Com a adoção do Pregão Eletrônico, a Administração Municipal projeta alcançar um conjunto de resultados positivos, tanto em termos econômicos quanto operacionais. Os principais resultados pretendidos são:
- 10.2. Economicidade e Otimização de Recursos: Obter propostas financeiramente mais vantajosas, resultado direto da ampla competição por item e da disputa por lances, garantindo o melhor uso do dinheiro público.
- 10.3. Preservação do Patrimônio e Aumento da Vida Útil da Frota: Assegurar a aquisição de produtos de primeira linha e com as especificações técnicas exatas para cada equipamento. Isso impacta diretamente na preservação da frota, no aumento de sua durabilidade e na redução de manutenções corretivas dispendiosas.
- 10.4. Eficiência e Continuidade dos Serviços Públicos: Aumentar a agilidade no fornecimento dos insumos, evitando a paralisação de veículos e máquinas. Essa eficiência é crucial para garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, como transporte de pacientes e alunos, obras, e demais atividades oficiais.
- 10.5. Aperfeiçoamento da Gestão e do Controle: Melhorar o controle gerencial e a fiscalização do contrato. O detalhamento por item permite um acompanhamento preciso das aquisições, dos custos e do consumo real, gerando uma base de dados confiável para futuras decisões e planejamentos orçamentários.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

- 11.1. Para garantir a conformidade legal e a plena rastreabilidade dos resíduos gerados na manutenção da frota municipal, será necessária a formalização das contratações referentes ao recolhimento e destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos.
- 11.2. Os óleos lubrificantes usados (OLUC), atualmente armazenados na oficina mecânica da Secretaria de Viação e Obras e periodicamente recolhidos por empresa especializada para reciclagem, demandam formalização contratual. Para garantir a transparência e o controle na gestão pública, é fundamental que a contratação dessa empresa de coleta formalize o fluxo de resíduos e assegure que os valores provenientes da comercialização do OLUC sejam revertidos e depositados em conta específica da Prefeitura Municipal.

12. ASPECTOS REGULATÓRIOS DA LOGÍSTICA REVERSA DE FILTROS E OUTROS RESÍDUOS

- 12.1. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS):
- 12.2. Responsabilidade Compartilhada e Logística Reversa: A PNRS é o marco legal principal. Ela estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o que significa que fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores são responsáveis pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.
- 12.3. A lei também institui a logística reversa, que é um instrumento para viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento ou outra destinação ambientalmente adequada.
- 12.4. Embora o Art. 33 da PNRS liste alguns produtos sujeitos à logística reversa obrigatória (como pneus, óleos lubrificantes, suas embalagens, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos e agrotóxicos), os filtros de óleo lubrificante automotivo, especificamente, não estão explicitamente elencados ali. No entanto, a lei abre a possibilidade de inclusão de "outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso" e outros produtos e embalagens, considerando o grau e a intensidade do impacto à saúde

humana e ao meio ambiente de seus resíduos.

12.5. Resíduos Perigosos: A PNRS estabelece que resíduos perigosos (como os filtros de óleo, que contêm resíduos de óleo lubrificante) devem ter tratamento e destinação específicos e controlados.

12.6. Resolução CONAMA nº 362/2005 (e suas alterações, como a 450/2012): Essa resolução foca primordialmente no óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC). Ela determina que todo o OLUC coletado deve ser destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino.

12.7. Impacto nos filtros: Embora a CONAMA 362 não cite os filtros diretamente, os filtros de óleo são intrinsecamente contaminados com OLUC. Portanto, por conterem um resíduo perigoso (OLUC), eles precisam de tratamento adequado e não podem ser descartados de forma indiscriminada. A ABNT NBR 10004 classifica o filtro de óleo lubrificante automotivo usado como Resíduo Perigoso Classe I devido à impregnação do óleo.

13. REQUISITOS DE LOGÍSTICA REVERSA

13.1. Para assegurar a conformidade ambiental e a gestão adequada dos resíduos gerados a partir dos produtos adquiridos por meio **desta licitação**, as **empresas contratadas** deverão implementar e comprovar procedimentos de logística reversa para os filtros de óleo e ar usados.

13.2. O objetivo é garantir a destinação ambientalmente adequada desses materiais, reduzindo o impacto ambiental e cumprindo as exigências da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS), da Resolução CONAMA nº 362/2005 e demais normas pertinentes.

13.3. As empresas contratadas terão as seguintes responsabilidades:

13.4. Recolhimento das Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante Pós-Consumo:

13.5. A gestão das embalagens plásticas vazias de óleo lubrificante já é realizada de forma ambientalmente adequada pelo Município.

13.6. Este procedimento é executado no âmbito do programa Jogue Limpo, um sistema de logística reversa reconhecido nacionalmente, sendo operacionalizado na região pela empresa CELUS - Paraná (CNPJ 11.581.612/0001-31).

13.7. A conformidade do processo é atestada pelo "Comprovante de Recebimento e Destinação", emitido sob a chancela do programa Jogue Limpo, que identifica a CELUS - Paraná como a executora do recolhimento e transporte do material, conforme documento comprobatório inserido neste estudo.

JOGUE LIMPO
COMPROVANTE DE RECEBIMENTO E DESTINAÇÃO DE EMBALAGENS
PLÁSTICAS DE ÓLEO LUBRIFICANTE USADAS - LEI 12.305 - ART 33 - § 6º
2ª VIA - GESTORA

GERADOR	
RAZÃO SOCIAL: Município de Dois Vizinhos	
CNPJ: 76.205.640/0001-08	
ENDEREÇO: Ave Rio Grande do Sul 130 - Centro	
MUNICÍPIO: Dois Vizinhos	
CEP: 85660-000	
UF: PR	
GESTORA	
RAZÃO SOCIAL: CELUS - Paraná	
CNPJ: 11.581.612/0001-31	
FILIAL: Central Cascavel	
ZAP: 45 9989-0307	I. EST: 00001
TEL: (45)3226 - 2971	DATA: 29/01/2025
ASSINATURA:	
PRODUTO TRANSPORTADO: Embalagens de óleo lubrificantes pós consumo	

Característica dos Resíduos

Embalagem Plástica Contaminada

UETA DE

81,0kg

13.8.

13.9. Recolhimento e Destinação dos Filtros de Óleo e Filtros de Ar Usados:

13.10. A contratada será responsável pelo recolhimento dos filtros de óleo e filtros de ar

usados, provenientes da substituição dos produtos por ela fornecidos.

- 13.11. Considerando que os filtros usados são classificados como Resíduos Perigosos (Classe I) devido à impregnação de óleo e outras substâncias, a contratada deverá comprovar que a destinação final desses materiais ocorrerá em conformidade com a legislação ambiental.
- 13.12. A destinação deve ser realizada por meio de empresas especializadas e licenciadas para o tratamento e/ou reciclagem de resíduos perigosos, como aquelas associadas a programas setoriais de logística reversa (ex: Programa Descarte Consciente Abrafiltros, onde aplicável e em conformidade com as diretrizes do Estado do Paraná).
- 13.13. O procedimento de recolhimento deve ser acordado com a Secretaria de Viação e Obras e Serviços Urbanos/Departamento de Controle de Frotas, garantindo a frequência e a segurança da coleta no local de armazenamento dos resíduos (oficina mecânica da Secretaria).
- 13.14. Comprovação da Logística Reversa:
- 13.15. A contratada deverá apresentar, periodicamente ou quando solicitado pela fiscalização do contrato, documentação comprobatória da efetiva realização da logística reversa, tais como:
- 13.16. Certificados de Destinação Final emitidos pelas empresas ou entidades receptoras dos resíduos.
- 13.17. Notas fiscais ou recibos de serviço que comprovem o recolhimento e a entrega dos resíduos.
- 13.18. Licenças ambientais das empresas envolvidas no processo de coleta, transporte e destinação final.
- 13.19. A não conformidade com estas exigências poderá acarretar as sanções previstas em edital e/ou contrato.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 14.1. Contexto Legal e Impactos Gerais
- 14.2. Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e as legislações pertinentes, como a Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 10.936, de 2022, a Resolução CONAMA nº 362/2005, e a Resolução ANP nº 804/2019, a aquisição de filtros, óleos e fluidos para a frota municipal considera os seguintes possíveis impactos ambientais.
- 14.3. A fabricação destes produtos envolve o uso de recursos naturais e processos industriais que consomem energia e água. O descarte inadequado dos itens usados, por sua vez, pode representar um problema ambiental significativo, contribuindo para a poluição do solo e da água.
- 14.4. Compromissos e Exigências para os Fornecedores
- 14.5. Preocupada com os potenciais impactos, a Administração Municipal exigirá dos licitantes vencedores os seguintes compromissos:
- 14.6. Declaração de Sustentabilidade: A empresa contratada deverá atestar, por meio de declaração, seu compromisso com o desenvolvimento nacional sustentável, conforme o artigo 225 da Constituição Federal, e com o cumprimento das diretrizes de sustentabilidade ambiental.
- 14.7. Regularidade dos Produtos (ANP): A comercialização e produção dos óleos lubrificantes estão condicionadas ao registro prévio na ANP. Por isso, será exigida na habilitação a documentação correspondente, garantindo que os produtos (rótulos, composição

e níveis de desempenho) atendam às especificações das Resoluções da ANP, conforme detalhado nos descritivos dos itens.

14.8. Logística Reversa Obrigatória para Filtros: A responsabilidade pela coleta e destinação ambientalmente adequada dos filtros de óleo e ar usados será da empresa contratada que fornecer estes itens, conforme detalhado na seção "Requisitos de Logística Reversa".

14.9. Medidas de Mitigação Já Adotadas pela Administração Municipal

14.10. O Município, como gerador dos resíduos, já possui processos estruturados para a gestão ambiental, em conformidade com o princípio da responsabilidade compartilhada:

14.11. Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (OLUC): A Secretaria de Viação e Obras já é responsável pela destinação final deste resíduo. O recolhimento é efetuado periodicamente por uma empresa especializada e devidamente licenciada que atua no município, garantindo sua correta destinação para o processo de rerrefino, conforme comprovado nos anexos deste estudo.

14.12. Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante: A destinação ambientalmente correta das embalagens plásticas é assegurada pelo programa Jogue Limpo, sendo o recolhimento operacionalizado na região pela empresa CELUS - Paraná (CNPJ 11.581.612/0001-31). A conformidade deste processo é atestada por comprovantes específicos, conforme já detalhado e documentado.

15. O REGIME DE FORNECIMENTO DE BENS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBSERVADOS OS POTENCIAIS DE ECONOMIA DE ESCALA.

15.1. O fornecimento será parcelado e continuado.

15.2. A secretaria poderá adotar estratégias para aproveitar economias de escala, como a aquisição de quantidades maiores de itens de alto consumo, visando reduzir custos com frete.

15.3. A manutenção de um pequeno estoque de itens críticos permitirá uma maior agilidade no atendimento às demandas e reduzirá o risco de interrupção dos serviços.

16. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, O CRITÉRIO DE JULGAMENTO, O MODO DE DISPUTA E A ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DA FORMA DE COMBINAÇÃO DESSES PARÂMETROS

16.1. Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico (Art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021).

16.2. Critério de julgamento: Menor Preço por Item. Conforme justificado na seção sobre o parcelamento do objeto, este critério potencializa a ampla competição e a economicidade, buscando a proposta mais vantajosa para cada produto individualmente.

16.3. Modo de disputa: Aberto e Fechado, com amparo no Art. 56, caput, da Lei nº 14.133/2021, que permite a utilização conjunta dos modos aberto (inciso I) e fechado (inciso II). Neste modo, haverá uma etapa inicial de lances públicos e sucessivos, seguida de uma etapa final em que os melhores classificados apresentarão um último lance, fechado e sigiloso.

16.4. A combinação dos parâmetros escolhidos é a mais adequada e eficiente para atender aos objetivos da contratação. A escolha do modo de disputa "Aberto e Fechado" é uma decisão discricionária da equipe de planejamento, plenamente amparada pela Lei nº 14.133/2021, que não impõe restrições para sua aplicação em mercados de bens comuns. A decisão baseia-se em uma análise estratégica dos riscos e do comportamento do mercado, visando não apenas o menor preço, mas também a exequibilidade da proposta.

16.5. Este modo de disputa se mostra o mais prudente e vantajoso pelos seguintes motivos:

16.6. O histórico de licitações anteriores para o mesmo objeto, que resultaram em anulação (Pregões 90071/2024 e 90072/2024), apontou como fragilidade a análise de exequibilidade das

propostas. O modo de disputa "Aberto e Fechado" atua diretamente sobre esse risco. A etapa inicial de lances abertos e sucessivos estimula a redução dos preços, enquanto a etapa final, com um lance fechado e sigiloso, força os licitantes a apresentarem sua melhor e última proposta de forma refletida, sem o "calor do momento" das prorrogações sucessivas. Essa estrutura desestimula lances aventureiros e potencialmente inexequíveis, que podem gerar futuros problemas na execução contratual.

16.7. A combinação dos modos de disputa potencializa a economicidade. A fase aberta garante a transparência e a redução inicial dos valores, enquanto a fase fechada incentiva os licitantes mais bem classificados a ofertarem seu melhor preço final, de forma definitiva. Isso maximiza a competição, assegurando que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa não apenas em termos nominais, mas também em termos de segurança e viabilidade de execução.

16.8. A presença do modo "Aberto e Fechado" como uma opção padrão para o Pregão, modalidade por excelência para bens e serviços comuns, confirma sua adequação para objetos com ampla competição. A escolha não se prende a uma presunção de mercado restrito ou risco de conluio, mas sim a uma estratégia de gestão de riscos para garantir a melhor contratação possível.

16.9. O Pregão Eletrônico com critério de Menor Preço por lote e por Item garante a máxima economicidade, estimulando a ampla concorrência entre fornecedores. O Modo de Disputa Aberto e Fechado é o que melhor potencializa este benefício, pois combina a transparência da etapa de lances sucessivos com a estratégia de uma rodada final sigilosa. Isso maximiza a competição, pois a fase aberta estimula a redução inicial dos preços, enquanto a fase fechada incentiva os licitantes mais bem classificados a ofertarem sua melhor e última proposta.

17. MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

17.1. Justificativa para exigências de qualificação técnica: Na contratação de fornecedores de peças, componentes, acessórios, e fluídos para a frota municipal é fundamental para garantir que os produtos adquiridos atendam aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos para operação dos veículos municipais. Alguns pontos a serem considerados na justificativa incluem:

17.2. Segurança dos veículos e passageiros: peças, componentes, acessórios, e fluídos de qualidade inferior ou inadequados podem comprometer a segurança dos veículos e dos passageiros, aumentando o risco de acidentes e incidentes. Portanto, exigir qualificação técnica dos fornecedores garante que as peças, componentes, acessórios, e fluídos fornecidos atendam aos requisitos de segurança estabelecidos pelas normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

17.3. Durabilidade e desempenho: peças, componentes, acessórios, e fluídos de baixa qualidade podem ter uma vida útil mais curta e um desempenho inferior em condições de operação adversas, o que pode resultar em maior frequência de substituições, custos adicionais e interrupções na operação da frota. Ao exigir qualificação técnica dos fornecedores, a administração municipal pode garantir que as peças, componentes, acessórios, e fluídos fornecidos tenham a durabilidade e o desempenho necessários para suportar as demandas da frota municipal.

17.4. Compatibilidade com os veículos e condições de operação: A frota municipal pode incluir uma variedade de veículos com diferentes características e requisitos de operação. Portanto, é importante que as peças, componentes, acessórios, e fluídos fornecidos sejam compatíveis com os diferentes tipos de veículos e as condições de operação específicas da frota. Exigir qualificação técnica dos fornecedores assegura que eles tenham o conhecimento e a experiência necessários para recomendar os peças, componentes, acessórios, e fluídos mais adequados para cada aplicação.

17.5. Suporte técnico e assistência pós-venda: A qualificação técnica dos fornecedores também é importante para garantir que eles possam oferecer suporte técnico e assistência pós-venda, incluindo orientação na seleção das peças, componentes, acessórios, e fluídos

adequados, treinamento para a equipe de manutenção e resolução de problemas técnicos. Isso ajuda a maximizar a eficiência operacional da frota e a minimizar o tempo de inatividade dos veículos

- 17.6. Para materializar essa garantia, será necessário que o Termo de Referência preveja, como requisitos de qualificação técnica, a apresentação de, no mínimo:
- 17.7. Declaração formal da licitante de que os produtos a serem fornecidos atenderão a todas as especificações do edital e às normas técnicas aplicáveis (ABNT, ANP, etc.) (declaração unificada).
- 17.8. Exigência de qualificação econômico-financeira: na contratação de fornecedores de peças, componentes, acessórios, e fluidos para a frota municipal é fundamental para garantir a solidez e a capacidade financeira dos fornecedores de cumprir com os termos do contrato e fornecer os produtos necessários de forma adequada e oportuna. Algumas justificativas para essa exigência incluem:
- 17.9. Garantia de fornecimento contínuo: Fornecedores financeiramente sólidos têm mais probabilidade de manter operações estáveis e fornecer continuamente os produtos necessários conforme estipulado no contrato. Isso reduz o risco de atrasos ou interrupções no fornecimento, garantindo que a frota municipal tenha acesso às peças, componentes, acessórios, e fluidos necessários quando necessário.
- 17.10. Redução do risco de inadimplência: Fornecedores com boa saúde financeira têm menos probabilidade de enfrentar dificuldades financeiras que possam levá-los à inadimplência ou falência. Ao exigir qualificação econômico-financeira dos fornecedores, a administração municipal pode reduzir o risco de problemas financeiros que possam afetar o cumprimento do contrato e a continuidade do fornecimento de peças, componentes, acessórios, e fluidos.
- 17.11. Maior confiabilidade e segurança na transação: A qualificação econômico-financeira dos fornecedores aumenta a confiança da administração municipal de que eles têm os recursos financeiros necessários para cumprir com os termos do contrato. Isso proporciona maior segurança e tranquilidade durante todo o processo de aquisição.
- 17.12. Proteção dos recursos públicos: Exigir qualificação econômico-financeira dos fornecedores é uma medida de proteção dos recursos públicos, garantindo que o dinheiro dos contribuintes seja investido em fornecedores confiáveis e financeiramente estáveis, que têm a capacidade de cumprir com os compromissos contratuais.
- 17.13. Prevenção de riscos operacionais: Fornecedores financeiramente frágeis podem enfrentar dificuldades para cumprir com os requisitos de qualidade e quantidade estabelecidos no contrato, o que pode resultar em problemas operacionais e impactar negativamente a eficiência e a segurança da operação da frota municipal.
- 17.14. A definição do percentual de 1% (um por cento) para a exigência de patrimônio líquido mínimo, aplicável nos casos em que a licitante não atenda integralmente aos índices de liquidez definidos no edital, foi estabelecida com base nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da ampliação da competitividade (Art. 5º da Lei 14.133/2021).
- 17.15. Desta forma, um percentual mais baixo que o teto legal de 10% mostra-se adequado, pois incentiva a participação do maior número possível de empresas, incluindo as de pequeno e médio porte, sem comprometer a segurança da contratação, visto que esta exigência é um critério complementar à análise da saúde financeira geral da empresa.
- 17.16. Em resumo, a exigência de qualificação econômico-financeira dos fornecedores de peças, componentes, acessórios, e fluidos para a frota municipal é uma prática prudente que ajuda a garantir a continuidade do fornecimento, reduzir o risco de inadimplência, aumentar a confiabilidade da transação, proteger os recursos públicos e prevenir riscos operacionais.
- 17.17. Nesse sentido, a aferição da boa saúde financeira das licitantes poderá ser realizada, conforme detalhamento no Termo de Referência, por meio da análise de:

- 17.18. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social.
- 17.19. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial.
- 17.20. Índices de liquidez (Liquidez Geral, Liquidez Corrente, etc.), devidamente justificados e estabelecidos em patamares usuais de mercado, que não restrinjam a competição.
- 17.21. Justificativa pela Não Previsão de Consórcios:
- 17.22. Considerando que o objeto da licitação é o fornecimento de bens comuns e que o critério de julgamento será o de menor preço por item, a secretaria demandante entende que a ampla competitividade e a participação de empresas de todos os portes, incluindo as de pequeno e médio porte e as especializadas, já estão plenamente asseguradas. O parcelamento do objeto em itens permite que cada empresa ofereça apenas para os produtos que comercializa, não sendo necessária a formação de consórcios para viabilizar a participação. Desta forma, opta-se por não prever a participação de consórcios no certame, visando a simplicidade e a celeridade do processo.

18. ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 18.1. Em anexo.

19. CARÁTER SIGILOSO DO ORÇAMENTO

- 19.1. Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não terão prejuízos à administração.

20. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

- 20.1. A principal providência a ser adotada previamente à celebração do contrato é a designação formal do gestor e dos fiscais, conforme indicação abaixo, que serão responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual. Os servidores indicados possuem a experiência necessária para o desempenho da função.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Valdir Zarth
Fiscal Técnico:	A secretaria não dispõe
Suplentes:	Joel Roberto da Silva Oliveira

21. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 21.1. Diante de todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a necessidade de aquisição de filtros, óleos e fluidos para a manutenção essencial da frota municipal, conclui-se que a contratação é plenamente viável e recomendada.
- 21.2. O estudo detalhado do mercado e das necessidades internas apontou como solução mais vantajosa a realização de Pregão Eletrônico. A adoção do critério de julgamento por Menor Preço por Item, combinada ao modo de disputa Aberto e Fechado, demonstrou ser a estratégia que melhor assegura a economicidade, a ampla competição entre fornecedores e a eficiência administrativa.
- 21.3. Adicionalmente, foram estabelecidas diretrizes claras para garantir a qualidade e a

sustentabilidade da contratação, com a exigência de produtos que atendam às normas técnicas (ABNT, ANP) e a definição de responsabilidades pela logística reversa. A Análise de Riscos realizada e as ações de mitigação propostas, como a elaboração de um edital didático, conferem maior segurança jurídica e operacional a todo o processo.

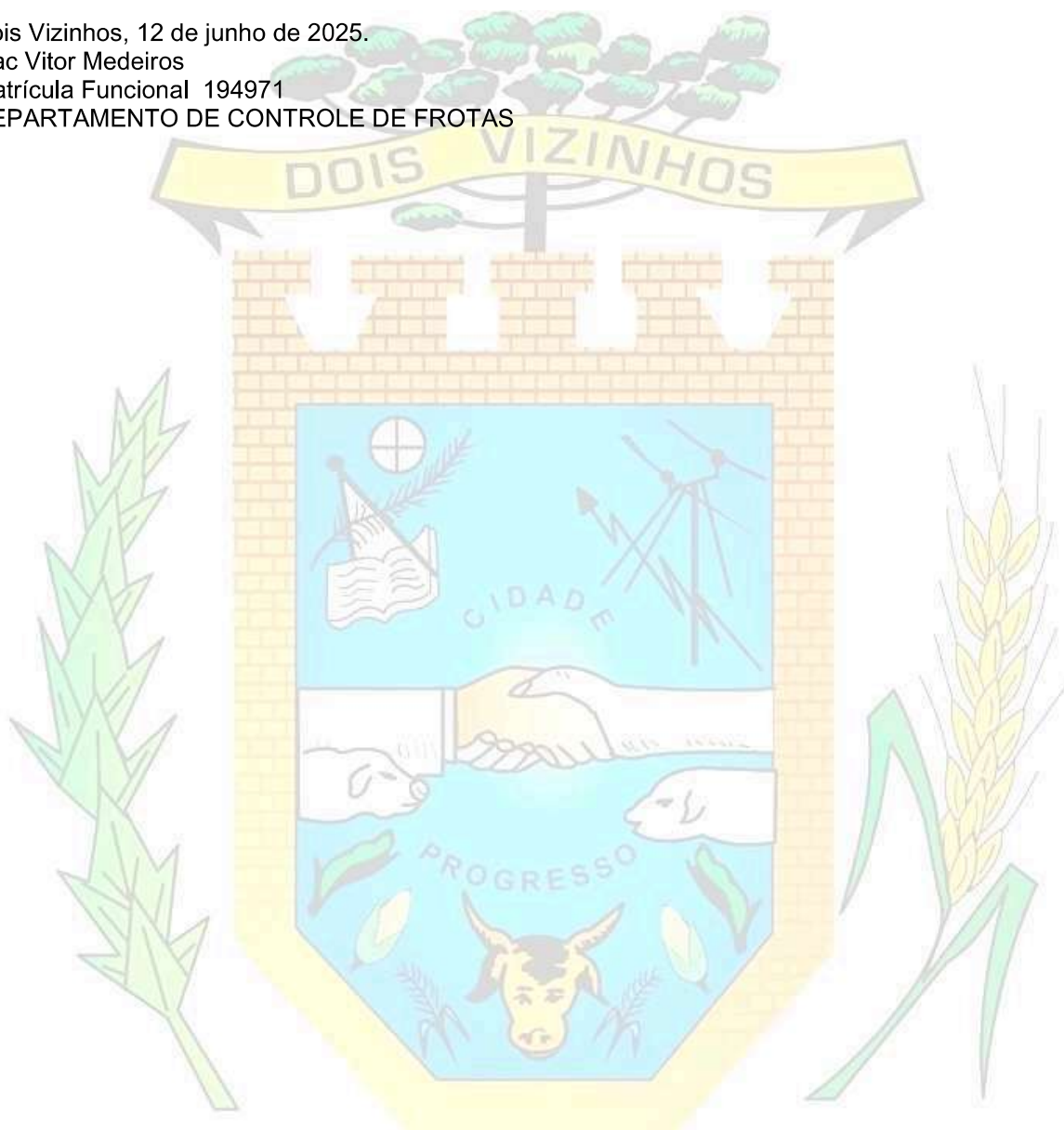
- 21.4. Portanto, por atender aos requisitos técnicos, legais, fiscais e ambientais, e por se mostrar a alternativa mais eficiente para obter produtos de qualidade com o menor preço possível, recomenda-se o prosseguimento do feito, com a elaboração do respectivo Termo de Referência e Edital de Licitação, com base nas diretrizes aqui estabelecidas..

Dois Vizinhos, 12 de junho de 2025.

Isac Vitor Medeiros

Matrícula Funcional 194971

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E7C3-3E38-560E-223B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOEL ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA (CPF 037.XXX.XXX-96) em 30/07/2025 13:13:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 30/07/2025 13:30:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DEONIR CALDATO (CPF 431.XXX.XXX-68) em 30/07/2025 13:52:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VALDIR ZARTH (CPF 513.XXX.XXX-87) em 30/07/2025 13:54:18 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/E7C3-3E38-560E-223B>